

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

NATÁLIA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA

**ADOCIMENTO PSÍQUICO DE POLICIAIS MILITARES: uma análise sobre a
importância da psicologia dentro da corporação**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2022

NATÁLIA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA

ADOCIMENTO PSÍQUICO DE POLICIAIS MILITARES: uma análise sobre a importância da psicologia dentro da corporação

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof Drº Joaquim Iarley Brito Roque

NATÁLIA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA

ADOCIMENTO PSÍQUICO DE POLICIAIS MILITARES: uma análise sobre a importância da psicologia dentro da corporação

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 08/12/2022

BANCA EXAMINADORA

Orientador: PROF. DRº JOAQUIM IARLEY BRITO ROQUE

Membro: PROFA. ME. JOSEANE DE QUEIROZ VIERA/UNILEÃO

Membro: PROFA. ESP. LARISSA VASCONCELOS RODRIGUES/UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2022

ADOCIMENTO PSÍQUICO DE POLICIAIS MILITARES: uma análise sobre a importância da psicologia dentro da corporação

Natália Maria Santos de Oliveira¹

Joaquim Iarley Brito Roque²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivos analisar a importância da psicologia frente ao adoecimento psíquico de policiais militares; comparar a relação entre saúde mental e o trabalho da polícia militar, entender como os adoecimentos psíquicos interferem na vida profissional dos militares e compreender a polícia militar como uma instituição total. Espera-se com essa pesquisa que seja depositado uma maior atenção em relação a saúde mental dos militares, já que na busca da literatura foram encontrados poucos estudos que abordem a temática em questão. Além disso, teve o intuito de demonstrar a importância do apoio psicológico para a área de segurança pública, favorecendo o bem-estar biopsicossocial.

Palavras-chave: Polícia Militar. Saúde Mental. Psicologia. Saúde do Trabalhador.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the psychological illness of military police and the importance of psychology within the corporation; to compare the relationship between mental health and the work of the military police, to understand how psychological illnesses interfere in the professional life of the military and to understand the importance of psychological support for military work. It is expected with this research that greater attention is paid to the mental health of the military, since in the literature search, few studies were found that address the issue in question. In addition, it aims to demonstrate the importance of psychological support for the area of public security, favoring biopsychosocial well-being.

Keywords: Military police. Mental health. Psychology. Worker's health.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: natioliveiraaa23@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: joaquimiarley@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A polícia militar é uma instituição administrativa do Estado que visa proteger a ordem pública. São considerados integrantes militares do Estado, o corpo de bombeiros militar e a polícia militar (Lei Estadual n. 5301/1969). A polícia militar enquanto instituição teve início na Europa Ocidental nos séculos XVIII e XIX, com a proposta de que a segurança pública é um serviço garantido pelo Poder Público. Ao longo do tempo sofreu diversas transformações e influências como por exemplo, o Regime Militar, período marcado por muitas repreensões e censura de direitos (MOURA, 2019).

A instituição militar no Brasil tem passado por uma desvalorização gradativa na subjetividade desses sujeitos que ingressam na carreira, fazendo com que esses indivíduos operem seu trabalho de forma mecanizada e insatisfeitos com os serviços prestados, causando adoecimentos psíquicos (DEJOURS, 1999). Unido isso, temos que dar ênfase nas instituições militares que não se preocupam com a subjetividade desses indivíduos, alegando que são problemas menos importantes focando apenas na ação e combate como afirma Andrade e Souza (2010). Segundo uma pesquisa feita por Minayo, Assis e Oliveira (2011), com policiais militares e civis do Rio de Janeiro, esses não estão acostumados com atendimentos psicológicos e por isso há uma certa resistência em procurar os serviços solicitando ajuda.

No Ceará, a polícia militar exerce suas funções desde o ano de 1947. De acordo com a Constituição do Estado do Ceará: “Incumbe a Polícia Militar, a atividade da preservação da ordem pública em todas as suas modalidades e proteção individual, com desempenhos ostensivos para inibir os atos atentatórios a pessoas e bens” (Art. 188). Essa corporação exerce o policiamento ostensivo com o dever de garantir a segurança nos estados, realizar ações de prevenção ou repreensivas e resguardar a integridade e segurança das instituições. O trabalho policial militar é composto de situações de alto risco a integridade física como também ter que lidar diariamente com a presença da morte, sofrimentos familiares e diversas formas de violências.

O presente trabalho surgiu pela observação da negligência que existe em relação ao adoecimento psíquico de policiais militares e como isso afeta diretamente seu convívio profissional. Nota-se que a polícia militar é uma das instituições menos estudadas no país segundo Gomes e Belém (2014), desse modo merece um certo olhar em relação à falta de apoio psicológico, por isso a importância dessa pesquisa. Devido aos estigmas sociais de que essa classe não pode expressar sentimentos, deve estar sempre em alerta para o combate e não procurar ajuda psicológica e social, isso dificulta o reconhecimento dos adoecimentos psíquicos

nesses policiais militares. Sendo assim tem como objetivos, analisar a importância da psicologia frente ao adoecimento psíquico de policiais militares; comparar a relação entre saúde mental e o trabalho da polícia militar; entender como os adoecimentos psíquicos interferem na vida profissional dos militares e compreender a polícia militar como uma instituição total.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi caracterizado por uma pesquisa de caráter bibliográfico que para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Segundo Severino (2007), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos, a pesquisa se caracteriza como exploratória, onde possibilita uma maior familiaridade com o problema assim como tornar a pesquisa mais clara e permitir a construção de hipóteses (SELLTIZ et al, 1967, p. 63 *apud* GIL, 2002). Por isso, optou-se por utilizar-se da abordagem qualitativa, que segundo Fonseca (2002) essa pesquisa se preocupa com perspectivas da realidade que não é possível que sejam quantificados, detendo-se no entendimento e na explicação das relações sociais.

Foram utilizados artigos da base de dados SCIELO, revistas científicas, teses e ebooks. No rateio dos artigos científicos utilizou-se palavras chaves como “polícia militar”, saúde mental”, “psicologia” e “saúde do trabalhador”, assim encontrou-se 30 artigos com conteúdo importantes para embasamento da pesquisa.

3 SAÚDE DO TRABALHADOR

O conceito de trabalho perpassou muitas mudanças até chegar aos direitos da saúde do trabalhador. O supracitado surgiu na Modernidade a partir do relacionamento de três fenômenos sendo eles, Capitalismo, Iluminismo e Estado-Nação. Esse conceito ao longo do tempo sofreu transformações em âmbito político, social e econômico. O trabalho se consolidou juntamente

com o ideal de riqueza, de produção e com a ideia de sistema econômico por volta do século XVIII, ou seja, a noção antropológica de trabalho que se tem atualmente é derivada da Modernidade, anteriormente a isso não havia existido em outras sociedades como se conhece no momento presente (BERNAL, 2010 *apud* BARBOZA; MENEZES, 2017)

A saúde do trabalhador é composta por um campo de conhecimentos e de práticas que possuem como objetivos o estudo, a análise e as intervenções na relação entre saúde/doença através de propostas programáticas concebida na rede de saúde pública (LACAZ, 1996). Essa temática engloba várias outras áreas do conhecimento como, Medicina do Trabalho, Sociologia, epidemiologia social, Psicologia, Psiquiatria, dentre outros.

Assim, a saúde do trabalhador assume uma visão da relação trabalho e o processo saúde/doença além daquela do ambiente e seus agentes, pois, o biológico e o psíquico interligam-se de maneira indissociável, no qual o desequilíbrio, por meio das relações sociais, pode se manifestar de variadas formas possíveis causando transtornos como, mal-estares difusos, sofrimentos, danos, que se ligam a acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao mesmo (BREILH,1994. LAURELL; NORIEGA,1989).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1948), “saúde é definida por um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeções e enfermidades”. Porém na prática é difícil determinar quando o sujeito está ou não saudável (CAMPOS; RODRIGUES, 2014, p.232).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, está dentro das garantias, o direito a saúde integral, no qual significa que a saúde mental se encontra também atrelada aos direitos dos ser humano. Desse modo, a psicologia está submersa nessa conversa de forma transdisciplinar, onde acompanhará o desenvolvimento do processo saúde/doença. Ela tem como papel entender o sujeito a partir de uma visão biopsicossocial e garantir que sua totalidade esteja saudável (OLIVEIRA E SANTOS, 2010). Ser saudável está para além do adoecimento, ou seja, é um processo multifatorial onde envolve também educação, lazer, moradia, segurança e muitos outros que precisam estar em equilíbrio para promover o bem-estar do sujeito. O modelo que o Brasil adota está pautado na promoção de saúde que consiste em tratar o indivíduo antes que a doença se instale (CONTINI, 2000).

O Sistema Único de Saúde (SUS), foi criado em meados dos anos 70 e 80 e tem como princípios ideológicos ou doutrinários, a universalidade, integralidade e equidade. Sendo assim, todos deveriam ter acesso a saúde de forma integral e de acordo com suas necessidades, porém devido á má gestão do sistema, falta assistência que essa população tanto precisa (PAIVA; TEIXEIRA, 2014). Pensando a saúde como essencial para o ser humano, no âmbito psicológico

essa não pode ser negligenciada para o policial militar, pois sua qualidade de vida fica prejudicada e ainda mais as pessoas que dependem exclusivamente do SUS, se torna mais complicado devido a longas filas de espera e medicações que não fornecidas com emergência. Ademais, os policiais que adoecem precisam ser afastados do ambiente de trabalho perdendo assim muitas bonificações que auxiliam no sustento familiar (COUTO; VANDENBERGHE; BRITO, 2012).

Em relação aos aspectos legais, com a criação dos primeiros Programas de Saúde do Trabalhador (PST), em 1988, esse projeto foi incrementado na Constituição Federal em seu artigo 200 que diz: “ao Sistema Único de Saúde (SUS) compete [...] executar as ações de Saúde do Trabalhador [...], colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”. Sendo assim, a saúde do trabalhador está inclusa no âmbito do direito á saúde, que é dever do Estado.

Conforme define o Ministério da Saúde:

devido à abrangência de seu campo de ação, a Saúde do Trabalhador apresenta caráter intra-setorial, envolvendo todos os níveis de atenção e esferas de governo no SUS, e intersetorial (incluindo a Previdência Social, o trabalho, o meio ambiente a Justiça, a educação e os demais setores relacionados com as políticas de desenvolvimento), o que exige uma abordagem interdisciplinar, com a gestão participativa dos trabalhadores (BRASIL, 2006b).

A saúde coletiva é apontada, como campo de conhecimento e de condutas estruturadas institucionalmente e destinadas à promoção da saúde das populações (SABROZA, 1994). Quando se é discutido sobre a saúde do trabalhador, essa se apresenta como um conjunto de tarefas que objetivam a promoção, proteção, recuperação e/ou reabilitação de saúde desses, os quais foram expostos a riscos e agravante por meio dos resultados das condições trabalhistas, através de atividades de vigilância tanto de natureza epidemiológica como sanitária (BRASIL, 1990).

Os trabalhadores que são submetidos às altas demandas psicológicas, se encontram mais sujeitos ao desenvolvimento de patologias de âmbito físico e mental resultantes dos fatores estressantes que variam desde o alto desgaste no ambiente de trabalho à alta exigência dos mesmos e isso está relacionado ao baixo controle perante o trabalho (SCHMIDT, 2013). Pode configura-se assim, a saúde do trabalhador como um campo de ações e conhecimentos interdisciplinares estratégicos- técnicos, sociais, políticos, humanos, multiprofissionais e

interinstitucionais, voltados para analisar e intervir nas relações de trabalho que causam por consequência, doenças e agravos (MINAYO-GOMEZ, THEDIM-COSTA, 1997).

Os principais marcos da saúde do trabalhador, são assim, oriundas da saúde coletiva, ou seja, a promoção, a prevenção e a vigilância. O avanço dos conhecimentos científicos nas áreas da Medicina Preventiva, da Medicina Social e da Saúde Pública, durante os anos 60 e o início da década de 70, ao propor indagar as abordagens funcionalistas, tornou o quadro interpretativo amplo, diante o processo saúde-doença, até mesmo em sua articulação com o trabalho. Como práxis, produzindo conhecimentos voltados para uma ação/intervenção transformadora, o campo da saúde do Saúde do Trabalhador enfrenta de forma contínua com questões emergentes, as quais induzem à conceitos de novos objetos de estudo, observando processos explícitos ou implícitos dos profissionais (MINAYO-GOMEZ, THEDIM-COSTA, 1997)

A Saúde do Trabalhador, no país, tem um sentido próprio, o qual reflete na trajetória que lhe deu origem e vem gerando seu marco de representatividade no campo conceitual e metodológico (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997). Fundada pela Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012, a Política Nacional de Saúde do trabalhador e da trabalhadora tem o intuito de estabelecer os princípios, diretrizes e estratégias a serem analisadas de forma íntegra com uma dimensão tripartite; visando a promoção e proteção da saúde desses profissionais, posteriormente, minimizando a morbimortalidade consequentes dos processos de desenvolvimento e produtivos (BRASIL, 2012).

As pesquisas que se dedicam sobre a relação saúde mental e trabalho entre várias profissões ainda são muito novas na conjuntura científica. Por conseguinte, os programas preventivos e promotores de saúde mental com trabalhadores ainda são escassos. Como afirma Amador et al (2002):

O tema trabalho e saúde entre policiais vêm ocupando lugar de destaque tanto no âmbito da organização policial quanto das universidades brasileiras. De um lado, movido pela peculiaridade da função, a qual possui uma série de características evidentemente perigosas do ponto de vista da saúde física e psíquica, tal como o contexto diário de risco; de outro, pelo momento histórico vivido pela sociedade a partir do chamado período de abertura democrática, no qual se coloca em discussão a prática das polícias, entre outros assuntos, antes condenados ao silêncio. (AMADOR, 2002, p.3)

Sendo assim, falando especificamente da população militar, foram verificadas por Amador et al (2002) e Martins e Kuhn (2013) um número de pesquisas ainda menor, porém

com uma percepção de ampliação do destaque deste campo de pesquisa. Segundo Gomes e Belém (2014), a polícia militar é a profissão menos estudada em todo o país contribuindo assim para a desinformação e cada vez mais a estigmatização da corporação militar.

4 O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR E A SAÚDE MENTAL

O adoecimento psíquico é um dos principais motivos de afastamento do trabalho, na atualidade e se tratando do trabalho policial esses adoecimentos são exorbitantes devido a constante presença da criminalidade e ameaça de morte iminente. É algo que afeta significativamente diversos contextos da vida do sujeito, tornando-se muitas vezes improdutivo diante das altas demandas de trabalho e pressão de seus superiores. Outros agravantes são os sentimentos de desvalorização por parte da sociedade e não reconhecimento pelos governantes.

Segundo Paulino e Lourinho (2014), no curso de formação dos policiais já aparece fatores de impacto a saúde mental desses profissionais, como a pressão psicológica e física para ser sempre disciplinado e estar em alerta para o combate, o controle de sentimentos e emoções passando assim a desenvolver uma indiferença emocional as situações de criminalidade como, suicídios, homicídios e as variadas formas de brutalidade.

Conjugando-se a baixa remuneração, rotinas exaustivas, distintos modos de sofrimentos alheios e familiares, sem horas de lazer devido a trabalhos extras para completar a renda e dificuldades de ascensão profissional acabará gerando um maior desgaste físico e psicológico que poderá refletir na rotina social, familiar e profissional. Por isso os altos índices de estresse e suicídio em comparação aos policiais civis como afirma Minayo, Assis e Oliveira (2011).

O aumento da violência, a precarização do trabalho, as pressões sofridas pela organização e uma sociedade aflita pela alta taxa de criminalidade são fatores que contribuem para o aumento do cansaço e adoecimentos psicológicos. A maioria dos policiais militares realizam horas extras em serviços de segurança particular em eventos ou comércios, como uma forma de complementar a renda e assim acumulando muitas horas de serviço, não restando tempo para momentos de convívio social e familiar, afetando assim sua saúde mental (SILVA; VIERA, 2008).

O trabalho pode levar a dois caminhos: a saúde ou o adoecimento, primeiramente, pelas condições em que o trabalho é desenvolvido. É muito presente no Brasil agressões a saúde do indivíduo como, ruídos, substâncias químicas e o contato com vírus e bactérias. A saúde pode ser agravada também pela relação desgastada dos trabalhadores e trabalhadoras com

instrumentos de trabalhos que apresentam más condições tanto ergonômicas quanto ambientais (cartilha para profissionais do SUS, 2015). Se detendo ao trabalho do policial militar é de inegável importância que as instituições promovam ações de preservação da saúde mental, pois isso beneficiará em três instâncias, o profissional militar, a sociedade e o melhor desempenho do trabalho como um todo (MOURA, 2019).

No mesmo momento que o trabalho gera sofrimento, ele também se constitui como primordial para o crescimento e desenvolvimento psicossocial do indivíduo (DEJOURS, 2004). O trabalho ocupa um papel primordial na vida do indivíduo, pois além de servir como meio de subsistência, é também responsável por garantir inserção social e profissional do jeito, proporcionando ações úteis para a coletividade. Além disso, contribui para a formação de identidade assim como em sua subjetividade (OLIVEIRA; FAIMAN, 2019).

Em relação ao trabalho do policial militar, é uma das profissões que mais produzem estresses e desgastes, em comparação a outras ocupações pois trata-se de uma profissão muito julgada socialmente que divide opiniões entre os que veem a corporação com respeito e autoridade e os que enxergam como uma instituição de poder abusivo, esse último se deve muitas vezes pela associação feita com a Ditadura Militar (DANTAS *et al*, 2010; SOUZA; MINAYO, 2005). O exercício da profissão policial militar induz esses servidores a enfrentar diurnamente contingências de bastante esgotamento psicológico dando subsídio para o surgimento de adoecimentos psíquicos, pois estão constantemente em estado de alerta, preparados para o combate iminente (DANTAS *et al*, 2010).

A subordinação e o preponderante sistema de vigília impostos pelas corporações militares tentam docilizar e condicionar a força de trabalho para atender aos caprichos da organização. Sendo assim esses últimos tentam erradicar os sistemas de enfrentamento dos trabalhadores. Todavia, para Dejours, o trabalhador é definitivamente a pessoa mais qualificada para saber o que é adequado para sua saúde. “Do choque entre o indivíduo dotado de uma história personalizada, e a organização do trabalho, portadora de uma injunção despersonalizante emerge uma vivência e um sofrimento que podemos tentar esclarecer” (DEJOURS, 1992, p. 43). Tomando como exemplo a Polícia Militar do Ceará, essa é detentora assim como as outras policiais militares do país, de um código disciplinar extremamente rígido e disciplinar, que estabelecem punições desde uma simples advertência até uma prisão administrativa, como também há presença de diversas transgressões. A submissão aos superiores é exigida de forma impetuosa, estabelecendo um poder hierárquico vertical, onde tem o intuito de demonstrar que a instituição militar está pautada na disciplina e hierarquia, sendo

conhecida assim pelos trabalhadores como militarismo (Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, 2003).

Todo trabalho em algum momento terá situações que testem as capacidades, resistências e habilidades do indivíduo lidar com as adversidades, a fadiga e a frustração estão presentes em quem trabalha. Sendo assim, essa frustração fomenta a agressividade reativa e se essa não for ressignificada psiquicamente, acarretará grande peso no desenvolvimento de adoecimentos psicológicos (DEJOURS, 2015). Segundo estudos de Souza e Minayo (2005), a taxa de mortalidade e risco de morte é maior entre policiais militares do que policiais civis e guardas municipais, devido a constante presença da morte e o perigo iminente que os militares estão expostos diariamente.

Pode-se compreender a grande importância que as pesquisas em saúde mental têm tido no campo de saúde do trabalhador, porém é importante destacar que diante das pesquisas realizadas para compor esse trabalho, atenta-se ao fato de que os profissionais militares ainda são uma categoria pouco pesquisada. Sabendo que este profissional exerce uma atividade cuja especificidade inclui um exercício de aptidão física e mental, constante prontidão, alto nível de estresse e contato com as situações de vulnerabilidade, risco, emergência e a violência, trata-se de uma profissão sujeita aos diversos determinantes que afetam sua própria saúde. Levando isso em consideração, é exatamente nesse espaço que a psicologia faria sua atuação, promovendo ações a saúde mental desses trabalhadores assim como demonstrando a importância do cuidado e a desmitificação do serviço psicológico, que por muitas vezes esses policiais não procuram ajuda por causa a desinformação em relação ao trabalho do psicólogo.

Segundo o que os autores Oliveira e Santos (2010, p. 227) descrevem em seu estudo, os serviços ao qual os militares são expostos contribui para o surgimento dos adoecimentos psicológicos. Sendo assim eles afirmam:

Os policiais sofrem influências de vários fatores negativos que geram estresse extremo. O cansaço físico e à falta de equilíbrio emocional pode levar estes profissionais a assumirem atitudes irracionais durante crises e situações caóticas. Assim, tais atitudes podem levar à falta de eficácia no desempenho do exercício profissional, expondo os policiais e população em geral que atende em potencial. [...] A morte é uma realidade na vida deste profissional visto que o mesmo tem que saber lidar com a morte das vítimas, dos criminosos, dos próprios companheiros de trabalho e também com a ideia de que sua própria vida corre perigo. (OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p.227)

O trabalho dos PMs tem alcançado pouca visibilidade na qual é percebida pela baixa literatura encontrada entre saúde mental e o trabalho de policiais militares, sendo correlacionada a invisibilidade do adoecimento psíquico dentro da corporação. (FERREIRA; BONFIM; AUGUSTO, 2011). A escassez de pesquisas relacionadas ao tema tem como consequência poucas ações de prevenção e promoção de saúde, dando vazão para a desinformação pôr parte dos profissionais da segurança pública acerca dos adoecimentos psíquicos que muitas vezes os assolam. Dessa forma, a saúde mental do trabalhador precisa de maior atenção para evitar patologias advindas da atividade laboral (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

Quando falamos em polícia militar é preciso lembrar que ela segue o mesmo modelo utilizado no Exército Brasileiro, onde são divididos em duas categorias, os praças (Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente), esses atuam em maior proximidade com a população assim como na execução da funções e possuem formação no ensino médio. Os oficiais (Segundo-tenente, Primeiro-tenente, Capitão, Major, Tenente-coronel e Coronel), atuam mais em funções de comando e possuem formação de ensino superior. As formas de ingresso e atribuições são diferentes, sendo atribuídas pela qualificação e responsabilidade profissional.

Segundo Souza e Minayo (2005), ocorrem muitas mortes prematuras no ambiente da polícia militar tanto por causa de acidentes na “busca aos criminosos” como também aos diversos tipos de violência em que são expostos diariamente. Essa convivência diária com a morte e a violência condiciona a polícia militar a uma banalização do sofrimento e inabilidade afetiva, de acordo com os autores Nogueira e Moreira (1999). Pensando nisso, pode ocasionar o surgimento de diversos adoecimentos como por exemplo, os sofrimentos psíquicos e vir a gerar uma diminuição no desempenho profissional, afetando assim não somente os militares, mas também suas famílias e a sociedade em seu conceito geral.

Segundo Amador (1999), a presença de desafios e pressões cominam em rigorosos limites para a exteriorização da subjetividade do policial militar, não possibilitando a eles a ressignificação de seu sofrimento. Pois em função de seu trabalho, os policiais militares estão em constante sinal de alerta e prontidão, até mesmo em períodos de folga. Além disso, são alvos de ameaças e perseguições por serem trabalhadores da segurança pública. Ademais, ainda há o constante medo de serem reconhecidos como agentes de segurança durante o período de descanso, como também de serem agredidos ou mortos na execução de suas funções. Essa forma de defesa pode influenciar em vários contextos de sua vida como, social, familiar e profissional (REINER, 2004).

5 A POLÍCIA MILITAR E AS INSTITUIÇÕES TOTAIS

O conceito de *instituição total* foi elaborado pelo sociólogo canadense Erving Goffman no ano de 1957, onde ele caracteriza como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” (GOFFMAN, 1987, p. 24). Embora ele use para suas produções literárias manicômios e prisões, também incluiu academias militares e quartéis.

Nos anos iniciais da carreira militar ocorre um fenômeno denominado por Goffman de “*mortificação do eu*”, ou seja, quando ocorre uma ruptura do mundo exterior e tudo que esteja ligado a ele aderindo assim a identidade militar. Para Goffman (1987, p.24): “os processos pelos quais o eu da pessoa é mortificado são relativamente padronizados nas instituições totais”, então o indivíduo assume comportamentos impostos pela instituição assim como, fardamentos, horários e costumes não levando em consideração sua subjetividade e desejos. O fato de ser policial militar é condição *sine qua non* para o assentamento de uma nova forma de interação desse servidor com o meio social e familiar. Sendo assim, dentro dessas instituições desde os anos iniciais há uma padronização do fardamento e costumes até uma indiferença emocional frente as grandes situações de risco e alto estresse diário.

Apesar da polícia militar não está descrito nos estudos sobre instituições totais, há ainda assim muitas semelhanças que fazem alusão ao caráter de fechamento que essas instituições propõem e que dessa forma podem ser percebidos nas organizações militares. O objetivo central das instituições totais é o controle de boa parte das necessidades humanas por um sistema burocrático. Por esse motivo existe uma divisão básica entre grupo dirigente (os superiores) e o grupo dirigidos (os internos). Goffman (1987) ao se deter sobre o grupo dos internos aborda que os ingressantes ao entrarem na instituição, carregam consigo concepções construídas socialmente, mas são despidos dessas disposições, seu eu é duramente mortificado passando a vivenciar humilhações, degradações e rebaixamento. As transformações acontecem em sua identidade moral, “uma carreira composta por progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele” (GOFFMAN, p.24, 1987)

Em relação a militarização da polícia, essa foi resultante do modelo proposto pela Guarda Real de Polícia de 1809 a 1831, ademais, refletiu o papel importante que o Exército se responsabilizou por controlar a manutenção da ordem pública no período tenso de 1831/32. Desde o início, a polícia foi criada como uma instituição militar baseada na disciplina, norteadas

pela hierarquia e voltada a alvos específicos. Por isso, desde sua criação apresenta uma relação hostil com a população, demonstrada por meio de agressões físicas que os soldados praticavam nas ruas (SILVA, 2015).

A polícia militar como uma instituição total, como afirma Goffman (1987), produz a partir de processos de mortificação do eu, a renúncia dos desejos e vontades desses policiais militares. E como uma organização pautada nos métodos disciplinares que produzem ordem no corpo social, esses impõem aos policiais militares uma submissão constante a instituição, buscando assim formar corpos mais dóceis e submissos. Por saber o papel importante que o trabalho ocupa na vida do indivíduo, sendo como fonte de bem-estar ou de adoecimento psíquico, é que se compreende a importante tarefa de estudar sobre a corporação militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi possível perceber que a literatura sobre a saúde mental de policiais militares é escassa, sendo necessário que sejam desenvolvidas mais pesquisas nessa área. Além disso, é de suma importância que sejam criadas políticas públicas que assegurem a integridade física e mental dos policiais militares assim como a facilidade no acesso.

É indispensável também que o estado deposite atenção aos cuidados da saúde mental dos policiais militares, assim a população terá uma polícia mais cidadã e estável emocionalmente. Ademais, o acompanhamento preventivo com psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras é de extrema importância para a prevenção e promoção da saúde desses trabalhadores.

Há também uma grande necessidade de o psicólogo trabalhar em parceria com o comando militar, principalmente em relação ao preparo psicológico no ingresso da profissão, porte de arma e situações de combate, pois são as principais situações de risco. Esses e outros assuntos poderiam ser trabalhados em plantões psicológicos, os quais contariam com psicólogos 24 horas, distribuídos entre os quartéis.

Portanto, a psicologia dentro das corporações atuaria também de forma a promover o diálogo sobre os adoecimentos psíquicos assim como no atendimento em grupo e individual, por isso é preciso que concursos públicos para psicólogos sejam abertos e que haja uma valorização e reconhecimento do potencial desse trabalho na vida dos policiais e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMADOR, F. S. **Violência Policial: verso e reverso do sofrimento**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1999.
- AMADOR, F. S. et al. **Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na Brigada Militar**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 22, n. 3, Sept. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000300009&lng=en&nrm=iso.
- Andrade, E. R. D.; SOUZA., E. R. D. **Autoestima como expressão de saúde mental e dispositivo de mudanças na cultura organizacional da polícia**. Psicologia Clínica, 22(2), (2010). 179-195.
- BARBOSA, L. M.; MENEZES, C. N. B. **A importância do apoio psicológico na saúde mental dos policiais militares de Fortaleza**. Psicologia Argumento, v. 35, n. 89, 2017.
- Brasil. **Portaria nº 1823/12**. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.
- BREILH, J. **Conceptos y técnicas de investigación – guía pedagógica para un taller de metodología**, Quito, CEAS, n. 3, 1994. Série “Epidemiologia Crítica.
- CAMPOS, M. O.; Rodrigues N., J. F. **Qualidade de vida: um instrumento para promoção de saúde**. Revista Baiana de saúde pública, 32(2), 2014, 232.
- CEARÁ, **Constituição do Estado do Ceará**, 1989.
- CEARÁ, **Lei 13.407: Código disciplinar dos militares do Estado do Ceará**, 2003.
- Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CONTINI, M. D. L. J. **Discutindo o conceito de promoção de saúde no trabalho do psicólogo que atua na educação**. Psicologia: Ciência e Profissão, 20(2), 2000. 46-59. Retirado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000200008. Acesso em 14 de novembro de 2022.
- COUTO, G., Vandenberghe, L.; Brito, E. D. A. G. **Interações interpessoais e estresse entre policiais militares: um estudo correlacional**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 64(2), 2012, 47-63.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública: referências para a atuação da(o) psicóloga**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/saude-do-trabalhador-no-ambito-da-saude-publica-referencias-para-atuacao-dao-psicologao/>. Acesso em: 14 de novembro de 2022.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. (6a ed.). São Paulo, Cortez, (2015).

DEJOURS, C. **Banalização Da Injustiça Social**, a. FGV Editora, 1999, p.35.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**/ Christophe Dejours; tradução de Ana Isabel Paraguai e Lúcia Leal Ferreira. Editora Cortez Oboé, 5ª ed. Ampliada. São Paulo, 1992.

DANTAS, M. A.; BRITO, D. V. C.; RODRIGUES, P. B.; MACIENTE, T. S. Avaliação de estresse em policiais militares. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 12(3), 2010, 66-77. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000300006.

FERREIRA, D. K. da S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. da S. **Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 3403-3412, 2011.

FONSECA, da S. J. J. **Apostila da metodologia da pesquisa científica**. Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Perspectiva, 1987.

GOMES, D. F. F.; BELÉM, A. O.; TELES, S.S. Saúde Mental de Militares: uma revisão integrativa do cenário brasileiro. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**. Santa Catarina, v. 7, n. 3. 2014. Disponível em: <http://revista.saude.sc.gov.br/index.php/inicio/article/view/266/274>

LACAZ, F. A. C. **Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da Academia, dos serviços e do movimento sindical**. Tese. (Doutorado em Saúde Coletiva). Campinas: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1996.

LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. Idal. Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. 2004. p. 346-346.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Cebes – Hucitec, 1989.

MARTINS, L. C. X.; KUHN, Leandro. **Prevalência de transtornos mentais comuns em jovens brasileiros recém-incorporados ao Serviço Militar obrigatório e fatores associados**. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1909-1816, jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v18n6/31.pdf

MARCONDES, S. J. **Blog Gestão de Segurança Privada**. Disponível em: <https://gestaodesegurancaprivada.com.br/policia-militar-do-brasil-atribuicoes/>. Acesso em: 14 de novembro de 2022.

MERLO, C. R. *A et al.* **Atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora**. 2ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. da F. **A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas.** Cadernos de saúde pública, v. 13, p. S21-S32, 1997.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P., coords. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro:** Editora FIOCRUZ, 2008. 328 p. ISBN 978-85-7541-339-5. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

MINAYO, S. de C. M; ASSIS, de G. S.; OLIVEIRA, de C. V. R. **Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil).** Ciência & Saúde Coletiva, 16(4):2199-2209, 2011.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. de.; CONSTANTINO, P. **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, Nov. 2007. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001100024&lng=en&nrm=isso

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. da F. **A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas.** Cadernos de saúde pública, v. 13, p. S21-S32, 1997.

NOGUEIRA, G. E. G.; MOREIRA, A. L. C. As formações grupais e seus efeitos nas instituições policiais militares. **Revista de Psicologia – Saúde Mental e Segurança Pública.** Belo Horizonte, n.1, 35-39, (1999).

OLIVEIRA, T. S. de; FAIMAN, C. J. S.. **Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos.** Rev. Psicol., Organ. Trab., Brasília , v. 19, n. 2, p. 607-615, jun. 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572019000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09 maio de 2022. <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.2.15467>.

OLIVEIRA, K. L. de; SANTOS, L. M. dos. **Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua.** Sociologias, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 224-250, Dec. 2010. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300009&lng=en&nrm=iso.

PAULINO, F. R.; LOURINHO, L. A. O adoecimento psicológico do policial militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade.** Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 58-77, 2014.

PAIVA, C. H. A.; Teixeira, L. A. (2014). **Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores.** Hist Cienc Saude Manguinhos, 15-35.

REINER, R. **A Política da Polícia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 369p.

SCHMIDT, D. R. C. et al. Qualidade de vida no trabalho e burnout em trabalhadores de enfermagem de Unidade de Terapia Intensiva. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 66, p. 13-17, 2013.

SABROZA, P. C. **Saúde Pública: procurando os limites da crise**. In: I Conferência Panamericana de Educação em Saúde Pública. Resumos. 1994.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, da N. N. **Organização Policial Militar, produção de subjetividade e saúde mental: uma revisão de literatura**. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, M. B.; Vieira, S. B. **O processo de trabalho do militar estadual e saúde mental**. *Revista Saúde e Sociedade*, 17(4), 2008, 161-170. doi: 10.1590/S0104-129020080004001

SOUZA, E. R.; Minayo, M. C. S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, 10(4), 2005, 917-928. doi: 10.1590/S1413-81232005000400

FERREIRA, D. K. da S.; BONFIM, Cristine; AUGUSTO, L. G. da S. Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 3403-3412, 2011.